

**Prevenção da violência contra mulheres: desafios na
articulação de uma rede intersetorial**

**Prevention of violence against women: challenges in the
articulation of an intersectorial network**

Patrícia Krieger Grossi*; Jaina Raqueli Pedersen*; Jaqueline Goulart Vincensi;
Sônia Maria A. F. Almeida*****

*Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; **Universidade Federal do Pampa;
***Universidade do Vale do Rio dos Sinos

pkgrossi@pucrs.br; jainaraqueli@bol.com.br; linevincensi@hotmail.com; soniaa@unisinors.br

Resumo

Palavras-chave

Violência contra a mulher
Intersectorialidade
Rede Social

Este artigo tem por objetivo destacar a importância da intersectorialidade na prevenção da violência contra a mulher através da articulação de diferentes atores sociais preocupados e comprometidos com a redução dos índices de violência contra a mulher e consequentemente com uma sociedade mais justa e equitativa. Estes desafios na articulação da rede de serviços de proteção à mulher em situação de violência doméstica serão ilustrados pelas falas de gestores das políticas de assistência social, coordenadores das Políticas de Mulheres e profissionais que atuam em Centros de Referência de Mulheres, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) em municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

Abstract

Keywords

Violence against women
Intersectoriality
Social network

This article has the objective of highlighting the importance of sectoriality action in the prevention of violence against women through the articulation of different social actors concerned and committed to the reduction of the violence against women rates, and consequently with a more fair and equal society. These challenges in the articulation of the network of protection services for women in domestic violence are illustrated by the managers of the social welfare policies, coordinators of women's policies and professionals that work in Reference Centers for Women, Reference Centers of Social Welfare (CRAS) and Specialized Reference Center of Social Welfare (CREAS) in municipalities of the State of Rio Grande do Sul.

Introdução

Primeiramente, vamos explorar o que entendemos como intersectorialidade e as várias concepções de rede social. Refletir e propor trabalho social em rede constitui-se, hoje, um grande desafio para os profissionais vinculados às políticas públicas, Coordenadorias das Mulheres, gestores municipais, conselheiros que respondem pela garantia dos direitos fundamentais do cidadão, principalmente num contexto marcado pelas desigualdades de gênero, raça/etnia e classe social.

Estes desafios na articulação da rede de serviços de proteção à mulher em situação de violência doméstica serão ilustrados pelas falas de gestores das políticas de assistência social, coordenadores das Políticas de Mulheres e profissionais que atuam em Centros de Referência de Mulheres, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado da Assistência Social

Krieger Grossi, Patrícia; Pedersen, Jaina Raqueli; Vincensi, Jaqueline Goulart; Almeida, Sônia Maria A. F. (2012). Prevenção da violência contra mulheres: desafios na articulação de uma rede intersectorial. *Athenea Digital*, 12(3), 267-277. Disponible en <http://psicologiasocial.uab.es/athenea/index.php/atheneaDigital/article/view/Krieger>

(CREAS), vinculados ao PAEFI (Programa de Atenção Especializado a Famílias e Indivíduos) em dez municípios do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil. As entrevistas foram gravadas, transcritas e posteriormente submetidas à análise de conteúdo de Bardin. Os dados apresentados são resultados da pesquisa *Avanços e Desafios da Lei Maria da Penha na implementação de políticas públicas de enfrentamento à violência contra a Mulher no Estado do RS*, realizada no período de 2009 a 2011, sendo apoiada pelo CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS.

Conceituando intersectorialidade

Quando pensamos em intersectorialidade na prevenção da violência contra mulheres, logo imaginamos uma atuação que vise atender a complexidade das demandas trazidas por mulheres em situação de violência doméstica como habitação, trabalho, educação infantil, segurança, entre outras. Neste artigo, trazemos a concepção de intersectorialidade na saúde, considerando que a violência contra a mulher não é meramente um “caso de polícia”, ou seja, um problema que demande apenas a intervenção da política pública de segurança, mas sim um grave problema de saúde pública¹ (Azambuja & Ferreira, 2011). O conceito de intersectorialidade a seguir é uma concepção abrangente que pode nos auxiliar a refletir sobre perspectivas de atuação com as mulheres e suas famílias:

A intersectorialidade é uma estratégia política complexa, cujo resultado na gestão de uma cidade é a superação da fragmentação das políticas nas várias áreas onde são executadas. Tem como desafio articular diferentes setores na resolução de problemas no cotidiano da gestão e torna-se estratégica para a garantia do direito à saúde, já que saúde é produção resultante de múltiplas políticas sociais de promoção de qualidade de vida. A intersectorialidade como prática de gestão na saúde, permite o estabelecimento de espaços compartilhados de decisões entre instituições e diferentes setores do governo que atuam na produção da saúde na formulação, implementação e acompanhamento de políticas públicas que possam ter impacto positivo sobre a saúde da população. Permite considerar o cidadão na sua totalidade, nas suas necessidades individuais e coletivas, demonstrando que ações resolutivas em saúde requerem necessariamente parcerias com outros setores como Educação, Trabalho e Emprego, Habitação, Cultura, Segurança Alimentar e outros (Brasil, 2009a, p. 194).

Para Jussara Ayres Bourguignon (2011), tradicionalmente as políticas públicas básicas (educação, assistência social, saúde, habitação, cultura, lazer, trabalho, etc.) são setoriais e desarticuladas, respondendo a uma gestão com características centralizadoras, hierárquicas, deixando prevalecer práticas na área social que não geram a promoção humana. Além disto, ela argumenta que cada área da política pública tem uma rede própria de instituições e/ou serviços sociais, exemplificando com a política de Assistência Social que possui um conjunto de entidades estatais e filantrópicas que prestam serviços na área de forma paralela às demais políticas e muitas vezes, atendendo aos mesmos usuários. Esta forma de gestão da política pública gera fragmentação da atenção às necessidades sociais; paralelismo de ações; centralização das decisões, informações e recursos; rigidez quanto às normas, regras, critérios e desenvolvimento dos programas sociais; divergências quanto aos objetivos e papel de cada

¹ A Organização Mundial da Saúde (OMS) aponta a violência como um dos maiores problemas de saúde pública do mundo, definindo-a como o uso intencional da força física ou do poder, real ou por ameaça, contra a própria pessoa, contra outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade, que possa resultar ou tenha alta probabilidade de resultar em morte, lesão, dano psicológico, problemas de desenvolvimento ou privação de direitos (Azambuja & Ferreira 2011, p.17).

área, unidade, instituição ou serviço participante da rede; fortalecimento de hierarquias e poderes políticos/decisórios e fragilização do usuário – sujeito do conjunto das atenções na área social. Esta fragmentação acaba levando a uma revitimização da mulher em situação de violência, que percorre várias instituições até ter sua necessidade atendida. Tal situação pode ser percebida no depoimento de um profissional, vinculado a um serviço de assistência jurídica:

Ela vinha toda segunda, toda roxa, porque ela era espancada no final de semana, só que ela fazia uma peregrinação, toda semana, e isso tava começando a afetar a sanidade dela, porque ela não agüentava mais esta situação. Daí ela ia na secretaria da saúde, na assistência social, na polícia, cada um falava uma coisa e ninguém apontava uma solução. Por isso, a gente pensou e esse serviço interdisciplinar saiu desse caso, porque a gente viu a necessidade de trabalhar outras áreas, porque o direito em si só não resolve os problemas (Entrevistado N. 3, entrevista individual, 07/08/2010)².

Ressalta-se que a revelação da violência é algo difícil num primeiro momento, tendo em vista a necessidade de uma relação de confiança entre a vítima e o profissional da rede de serviços, o que não se constrói num primeiro contato e/ou diálogo. Em muitas situações, a mulher busca o serviço para atender as necessidades dos filhos (busca de atendimento psicológico para superar os traumas do abuso sexual, busca de creche ou inserção em programa de geração de renda, programas extraturnos para que possa ter um local para deixá-los quando vai para o trabalho, entre outros). A violência doméstica que está sofrendo é secundarizada em suas prioridades e permanece invisibilizada como se evidenciar na fala desta profissional de um Centro de Referência à Mulher:

Recebemos mulheres vítimas de violência no plantão social vindas com outra queixa (ou solicitação) e conforme o acolhimento vai sendo feito, descobrimos que a demanda na realidade é outra, neste caso a violência doméstica (Entrevistado N. 5, entrevista individual, 07/08/2010).

Cabe destacar que nestas circunstâncias, muitas mulheres podem não procurar o atendimento em decorrência da violência que estão sofrendo, pelo fato destas não se reconhecerem enquanto vítimas, acreditando ser esta uma relação natural e/ou normal, especialmente se estas convivem no seu dia-a-dia com alguns valores que reproduzem a ideia da mulher submissa e do homem poderoso. O estabelecimento de uma relação de confiança e vínculo é fundamental para a revelação da violência, evidenciado na fala do profissional a seguir:

Constatamos que é necessário formar um vínculo com as usuárias. Somente assim elas trarão para o atendimento as situações de violência que sofrem. Após se abrirem com o grupo, passam a confiar e acreditar que ali podem desabafar. Confiam somente naquele grupo e a grande maioria, dificilmente, abrirá a situação para as demais pessoas presentes (Entrevistado 6, entrevista individual, 10/09/2010).

O acolhimento é uma das estratégias utilizadas pelos profissionais da rede de proteção à mulher em situação de violência doméstica, além da busca ativa, que consiste na realização de visitas domiciliares para levar informação à comunidade sobre os seus direitos. No atendimento das demandas destas mulheres, urge a necessidade de propostas intersetoriais que buscam superar a fragmentação e pressupõem a articulação em rede.

² Serão utilizados números para desidentificar os sujeitos, preservando assim o anonimato.

Intersetorialidade remete também ao conceito/ideia de rede, cuja prática requer articulação, vinculações, ações complementares, relações horizontais entre parceiros e interdependência de serviços para garantir a integralidade das ações. Finalmente, o contexto da intersetorialidade estimula e requer mecanismos de envolvimento da sociedade. Demanda a participação dos movimentos sociais nos processos decisórios sobre qualidade de vida e saúde de que dispõem (Brasil, 2009b, p. 193).

Existem várias experiências no Rio Grande do Sul que buscam levar conhecimento sobre a Lei Maria da Penha (Lei 11.340) na comunidade, através de clubes de mães, associação de moradores e escolas. A Lei Maria da Penha, criada em 2006 no Brasil, cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher.

O objetivo destas ações é garantir o acesso às informações sobre a Lei e a rede de serviços de proteção, além de possibilitar a formação de multiplicadores na comunidade beneficiada. A troca de experiências e a identificação de novas demandas ocorrem nestes espaços de educação informal.

Fizemos uma conversa sobre a Lei Maria da Penha num conselho num clube de mães. (...) pensávamos que eram mulheres que ocupavam o tempo só com o voluntariado, mas dispostas a aprender e tudo. São pessoas com a cabeça aberta, que participam de palestras, vão a todo lugar, pensamos que ali não acontecesse esse tipo de violência. São nove clubes de mães que formam o conselho, e a gente deixou claro que se quisessem, a gente levaria essa conversa para dentro da reunião dos conselhos. A gente foi procurada por três clubes de mães dizendo que entre as mulheres dos clubes, estão acontecendo casos de violência contra a mulher, então que se a gente podia ir lá fazer essa conversa. Eu fiquei surpresa, porque eu sei das atividades que elas fazem, elas passeiam muito, elas fazem artesanato, expõem em feiras, fazem festas... Então não tem o perfil de mulher agredida, mas existe agressão igual. Então é um trabalho que a gente vai começar agora, a partir do mês de maio, levando essas conversas pra dentro dos clubes” (Entrevistado N. 2, entrevista individual, 05/05/2010).

A partir do depoimento do entrevistado 2, percebe-se que existe uma visão e/ou uma ideia previamente construída no que diz respeito ao perfil da mulher vítima de violência. Esta opinião é muitas vezes reforçada pela literatura que descreve esta mulher como submissa, passiva, isolada do meio social pelo companheiro, entre outros atributos que a situam no pólo de vitimização. Nesta articulação da rede de serviços, essa imagem da mulher vítima de violência é redefinida e questionada. Neste processo, possibilita-se uma ampliação do olhar, percebendo a violência contra a mulher inserida em um conjunto de relações sociais. Dentro da rede de relações de que esta mulher faz parte, como o clube de mães, veicula-se uma perspectiva de enfrentamento à violência através da busca de apoio no grupo. O clube de mães torna-se um espaço para exercer o protagonismo de mulheres na busca de acesso a direitos e exercício de cidadania.

Maria da Glória Gohn (2005/2008) destaca que:

Para se entender o protagonismo de algo se deve ter como referência quem são os atores envolvidos, como se transformam em sujeitos políticos, que forças sócio-políticas expressam, qual o projeto de sociedade que estão construindo ou abraçam,

qual a cultura política que fundamenta seus discursos e práticas, que redes criam e se articulam, quais suas relações com conjuntos sócio políticos maiores (p. 10).

Neste sentido, busca-se através dessas ações voltadas aos Clubes de Mães através de parceria com a Secretaria de Assistência Social e Coordenadoria da Mulher, a ampliação das práticas tradicionais para o desenvolvimento de práticas emancipatórias, de criação de novas possibilidades de atuação, visando à transformação de consciências para libertar as mulheres das amarras da opressão.

Elas chegam aqui fragilizadas, com sua auto-estima lá em baixo e aí só o fato de você falar que existe uma lei, que existem serviços, elas já se sentem mais fortalecidas para romper com aquela situação (Entrevistado N. 10, entrevista individual, 12/04/2010).

Outros municípios também estão reproduzindo essas práticas, levando a discussão da Lei Maria da Penha para os bairros da comunidade através de associações de moradores e envolvendo outros setores como saúde, assistência social, e Universidades.

Vamos nos bairros pra fazer capacitação e informação. E a gente tem ido nos bairros, nos centros comunitários e postos de saúde, e o pessoal da enfermagem nos ajuda muito, porque consegue articular com as agentes de saúde. Nós vamos lá e cada um faz a sua fala na respectiva área e aí ficamos lá para tirar as dúvidas, porque as pessoas chegam para conversar (Entrevistado N. 12, entrevista individual, 10/07/2010).

Eu percebo que cada vez mais o município investe na prevenção a atos de violência, nós atuamos no coletivo. Nesse último ano nós tivemos uma campanha importante que foi a capacitação dos agentes locais para atender as mulheres em situação de violência, tivemos quase 200 profissionais de diferentes áreas que participaram dessa capacitação. Nós tivemos a campanha de sensibilizar que atingiu 1500 a 2000 mil pessoas (Entrevistado N. 3, entrevista individual, 02/09/2010).

O CRAS [Centro de Referência de Assistência Social] é o fio condutor. É um serviço que a gente busca ter uma interface, tanto que hoje cada uma de nós vai na rede uma vez por mês. Cada uma vai, faz uma ata de todas as combinações e com isso, a gente busca na reunião da rede de enfrentamento à violência que também tenhamos uma representação no CRAS. Outra alternativa que a gente busca é sempre estar em contato constante com o conselho tutelar. Por que? Chega até no conselho tutelar a criança que está sofrendo situação de violência, muitas vezes porque a mãe também está em situação de violência e não consegue mais nem proteger o filho.”(Entrevistado N. 7, entrevista individual, 26/08/2010).

Outro projeto a destacar é o programa Mulheres da Paz que beneficia mulheres que pertençam as redes de parentesco e redes sociais dos jovens, foco territorial do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), desenvolvido pelo Ministério da Justiça brasileiro, a partir de 2007. O programa marca uma iniciativa inédita no enfrentamento à criminalidade no país, articula políticas de segurança com ações sociais; prioriza a prevenção e busca atingir as causas que levam à violência, sem abrir mão das estratégias de ordenamento social e segurança pública.

Essas mulheres passam a receber uma bolsa do governo federal e realizam ações de prevenção à violência. O acompanhamento e o monitoramento do Projeto visa garantir a efetividade e a transparência na implementação do Projeto Mulheres da Paz assegurando que os benefícios efetivamente sejam repassados às mulheres.

Através de visitas domiciliares, estas mulheres que já possuem um trabalho voltado para essa comunidade, exercendo um papel de liderança, passam a conhecer as necessidades destas famílias e são acompanhadas por equipe multiprofissional composta por uma assistente social, psicóloga, entre outros. Recebem capacitações e se transformam em multiplicadoras destes conhecimentos nas suas comunidades. É uma experiência incipiente, mas que pode se somar aos esforços coletivos para a prevenção da violência.

Um desafio para os profissionais é a desmistificação dos processos de violência vivenciados pelas mulheres e a compreensão do entendimento de violência na perspectiva de quem a vivencia e a forma como esta lida com a situação. Como se evidencia no depoimento a seguir, de uma mulher usuária dos serviços, a violência, muitas vezes é banalizada:

Para mim a violência é apanhar, o resto é normal. O coitado foi criado de maneira severa pelo pai. Táí porque ele é brabo comigo e com as crianças. Temos que entender. Ele sempre está cansado, e as crianças incomodam. (Entrevistado N. 14, entrevista individual, 10/07/2010).

Diante do depoimento, destacam-se mais uma vez, o quanto a violência é naturalizada pelas mulheres que a sofrem, especialmente no que se refere à violência verbal que causa danos e/ou conseqüências psicológicas. Conforme o relato, a mulher prefere justificar por algum motivo a razão da violência, entendendo e se conformando com a violência, do que se reconhecer enquanto vítima e enfrentar tal situação.

Outro trabalho desenvolvido em um município de pequeno porte, através da Coordenadoria da Mulher é a articulação da área da saúde e assistência social, através de trabalho com grupos para homens alcoolistas. Neste município, cerca de 80% dos casos de violência doméstica contra a mulher que chegavam ao conhecimento do CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) e que haviam sido cometidos pelo companheiro, estavam relacionados ao abuso de álcool. Nestas circunstâncias, toda a família acaba recebendo atendimento.

A gente fez uma busca ativa e foi lá e conversou, falou da importância. Muitas vezes, até uma coisa interessante, as primeiras reuniões eles vinham alcoolizados e aí com o passar das reuniões assim, é, foi até uma fala que o psicólogo fez pra mim, levantou pra mim, ele disse que com o passar do tempo foi vendo que eles não estavam mais vindo alcoolizados, que eles estavam tomando consciência. Então eles vem no grupo pra tentar, pra tentar sair, pra tentar se manter fortes e eles muitas vezes conseguem mesmo (Entrevistado N. 3, entrevista individual, 02/09/2010).

Outra iniciativa deste município foi capacitar as mulheres para o mercado de trabalho e formas de geração de renda. Um grupo de mulheres formou uma cooperativa (malharia) e confecciona os uniformes para a rede de ensino. Outro grupo passou a produzir bijuterias para comercialização nas feiras do município e também capacitação para as mulheres rurais através de convênios com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). Segundo a Coordenadoria da Mulher, o resultado tem sido positivo:

O que eu tenho percebido e me deixa assim satisfeita, é que a gente teve e tem tido bons resultados. Tem exemplos de pessoas que conseguiram dar a volta, em relação essa questão da independência, da geração de renda, da autonomia. Nós desenvolvemos vários cursos, por exemplo, no ano passado de capacitação, tanto de

faxineira sabe,..., a gente prepara esse pessoal, esse grupo e a gente tem tentado colocar elas no mercado (Entrevistado N. 3, entrevista individual, 02/09/2010).

Percebe-se que pelo fato das mulheres usuárias da política de assistência social possuírem baixa escolaridade e nível de profissionalização, as opções de trabalho são restritas aquelas que exigem menor qualificação profissional e menor remuneração.

Os pressupostos do trabalho em Rede

Segundo Francisco Arseli Kern (2003/2012), os pressupostos do trabalho em rede implica trabalhar na perspectiva da horizontalidade, realizando mediações entre o particular e o universal e lidando com correlações de forças. Compreende buscar estratégias para mobilizar potencialidades nos sujeitos a fim de confrontar as forças que o fragilizam. Em relação à rede de enfrentamento à violência contra mulheres, isto demanda a identificação das potências e estratégias de resistência por parte das mulheres que lutam contra todas as formas de opressão que subalternizam e desqualificam suas identidades.

Para John Barnes (1972, p.163), a ideia de rede social é direcionada “à análise e à descrição daqueles processos sociais que envolvem conexões que transpassam os limites de grupos e categorias”.

A partir da noção de entrelaçamento, malha e estrutura reticulada, a palavra rede foi ganhando novos significados ao longo dos tempos, passando a ser empregada em diferentes situações. Para Cássio Martinho (2003):

Rede é uma forma de organização que implica um conteúdo de natureza emancipatória e não outro. Redes são a tradução, na forma de desenho organizacional, de uma política de emancipação. Não pode haver distinção entre os fins dessa política e os meios de empreendê-la (p. 49).

Segundo Elina Dabas (1993), a temática das redes sociais intersecciona diferentes idéias e diversas práticas e importante no desenvolvimento e transformação de cada um dos membros da família servindo como fator de apoio em situações de crise. Os efeitos comuns do fortalecimento das redes sociais significam o desenvolvimento da capacidade auto-reflexiva e autocrítica, uma otimização da organização autogestora e uma transformação na subjetividade das pessoas, o que implica também modificações nas suas famílias e no seu meio social. Este processo de construção coletiva possibilita a otimização das relações sociais e se sustenta na ação que cada pessoa deve realizar com relação ao contexto social. Para as profissionais entrevistadas nos CREAS, a rede é fundamental para o desenvolvimento do trabalho com as famílias atendidas. Isto verifica-se nos fragmentos a seguir:

Eu acho que a grande dificuldade que a gente encontra, quando vai conversando com os colegas de saúde mental, que eles também têm uma equipe pequena. Então, acho que não consegue atender a demanda que a gente gostaria, a gente tem limites nesse sentido. Não se consegue fazer parceria porque não tem. O ideal é que se tivesse o entendimento da questão de gestão, que também tivesse na saúde essa discussão mais aprofundada para eles abraçarem essa situação como também deles (Profissional N. 1, entrevista individual, 05/10/2010).

Eu acho que a articulação em rede auxilia muito porque tu não consegues dar conta sozinha de todos os aspectos de uma situação. Consegue enxergar uma família por

todos os lados; assim, acho que favorece muito no atendimento das demandas dessas famílias. Mas, a gente ainda tem muitos limites na articulação dessa rede. Ainda tem bastante dificuldade em fazer essa articulação, as respostas ainda não são tão positivas quanto se gostaria. Mas eu acho que é um trabalho em construção, é uma proposta também que tem que se construir (Profissional N. 4, entrevista individual, 05/10/2010).

Essa possibilidade de se intervir nas redes, ou de uma prática de redes, possibilita repensar formas instituídas de atuação e buscar formas instituintes, que rompam com as práticas tradicionais, como a busca ativa, a transversalidade de saberes, a articulação com movimentos sociais. Acredita-se que trabalhar em rede traz grandes desafios pessoais e profissionais, pois a evolução no domínio das técnicas de comunicação, o uso habilidoso e criativo das ferramentas tecnológicas, a revolução cultural, a internalização dos fundamentos, não podem ser processos apenas individuais, têm que ser coletivos, pois não se faz uma rede sozinho. Se há um espaço em que não se cresce sozinho é o das redes. E compartilhar é a estratégia do crescimento conjunto. A necessidade de compartilhamento está na gênese da formação das redes, tanto na natureza quanto na sociedade.

Entende-se que existe uma autonomia propícia ao compartilhar: é a estrutura em rede. De uma forma bem direta e simples. Manuel Castells (1999, p. 15) define rede como "um conjunto de nós interconectados. Nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta". As redes representam hoje importantes instrumentos de organização, articulação e mobilização social.

A estrutura horizontal em rede rompe com as relações tradicionais, piramidais, de poder e de representação, possibilitando vivenciar nas relações sociais e políticas, as ideias e princípios emancipatórios, de empoderamento de pessoas e organizações. Dessa forma, diferente das Instituições, as redes não supõem necessariamente um centro hierárquico e uma organização vertical, sendo definidas pela multiplicidade quantitativa e qualitativa dos elos entre os seus diferentes membros, orientada por uma lógica associativa. Sua estrutura extensa e horizontal não exclui a existência de relações de poder e dependência nas associações internas e nas relações com unidades externas (Colonomos, 1995, pp. 22-24).

Estes pressupostos para o trabalho articulado em rede trazem elementos importantes para os gestores das diferentes políticas públicas, profissionais da rede de serviços da mulher, entre outros, no enfrentamento à violência.

Outra forma de atuação em rede é a articulação das diversas secretarias com os movimentos sociais de mulheres, que refletem as novas configurações da sociedade civil organizada, uma forma de ação coletiva, caracterizada pelo ativismo político e empoderamento através de articulações em rede e participação política em organizações em rede (Gohn, 2005/2008). Nos movimentos sociais mais recentes, incluem-se organizações formais e informais que conectam núcleos de indivíduos e grupos a uma área de participação mais ampla. Esta rede de relacionamentos gera ações coletivas que, além dos interesses particulares, buscam intervir na formação das políticas gerais de organização ou de transformação da vida social. Como elemento fundamental dos movimentos está a união em torno do sentimento de pertencer à coletividade, uma articulação a partir de uma identidade de valores e concepção do mundo (Scherer-Warren, 1994). Os movimentos sociais de mulheres são importantes na medida em que tencionam o poder público para implementar políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres, como as Delegacias de Mulheres, Casas-abrigos, serviços de atenção especializada, entre outros. Várias campanhas na mídia tiveram o papel de sensibilizar a população para este grave problema de saúde pública.

Esta compreensão da realidade das mulheres que vivenciam as múltiplas expressões de violência em seu cotidiano, em especial, a violência doméstica deve ser levada em consideração para poder intervir de forma adequada. Muitos profissionais (assistentes sociais e/ou psicólogos) relatam que as mulheres que estão sofrendo a violência desistem do atendimento quando a violência passa a ser o foco do trabalho:

As mulheres sentem muita vergonha de falar de suas vidas, da violência que sofrem cotidianamente. Temos conhecimento que mais de 80% das mulheres que participam dos nossos grupos sofrem violência doméstica. Quando realizamos atividades de prevenção para tal, elas acabam “boicotando” os atendimentos e não comparecendo (Entrevistado N. 4, entrevista individual, 05/05/2010).

A vergonha é resquício de uma cultura machista e patriarcal que atribui à mulher o papel de zelar e cuidar da família. Quando a violência irrompe no seu cotidiano, sente que falhou no seu papel de esposa/companheira e mãe. Marli Kath Sattler (2011) destaca que existe um:

(...) vício social de culpar as mulheres por tudo o que acontece de errado na família. Foi construída uma imagem idealizada da figura materna que supõe que, ao tornar-se mãe, a mulher seja instantaneamente ungida com a capacidade de intuir de prover as necessidades de seus filhos, independente de sua condição humana, se sua própria história, vivências na infância, modelo de figura materna ou de suas próprias necessidades como pessoa adulta (Sattler, 2011, pp. 234-235).

Nesta perspectiva, lidar com a violência é ter que assumir uma atitude, muitas vezes, em um contexto com poucas opções. Neste sentido, a violência doméstica não pode ser dissociada da violência estrutural caracterizada pelo não acesso aos direitos sociais, desemprego, fome, miséria, entre outras expressões da questão social.

Diante disso, decorre a necessidade de se compreender estes processos chamados de exclusão social, de pobreza, de desigualdade social, e que são características da sociedade capitalista, que cada vez mais torna a classe trabalhadora, sujeita a estes processos que se materializam na vida cotidiana dessas mulheres.

Como destaca Martins (2002/2003):

[...] não existe exclusão: existem contradições, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes; existe o conflito pelo qual a vítima dos processos excludentes proclama seu inconformismo, sua revolta, sua esperança. [...] Essas reações, porque não se trata estritamente de exclusão, não se dão fora dos sistemas econômicos e dos sistemas de poder. [...] Fazem parte deles, ainda que os negando (p. 14).

Quando se utiliza o termo exclusão social — que para o sistema capitalista é a categoria central, pois não tem por objetivo a inclusão — ao invés de processos de exclusão social, já que se deve saber de que exclusão está se falando, há uma negação do poder de reação dos sujeitos que são vítimas, uma negação da identidade de classe e, ao mesmo tempo, uma ocultação de suas verdadeiras causas e, neste caso, referindo-se às mulheres e suas famílias que vivenciam estas diferentes conformações da exclusão social e que conseqüentemente contribuem para a vitimização de seus membros.

Além disso, a ideia de exclusão social sugere um estado estanque, uma coisa fixa, e não uma possibilidade de movimento inverso, ou seja, de inclusão. Nesse sentido, José de Souza Martins (2003) adota o termo desigualdade social, justificando que esta categoria expressa uma possibilidade de inclusão, mesmo que precária e que possa se dar apenas no momento em que o sujeito é reconhecido enquanto consumidor. Ainda de acordo com o autor, o mesmo ressalta que o termo exclusão social é uma armadilha, ou seja, faz com que deixemos de discutir o que realmente é central no sistema capitalista, ou seja, a desigualdade social.

Assim, é importante considerar que as diferentes expressões da questão social vivenciadas pelas mulheres em situação de violência doméstica estão relacionadas a este crescente processo de desigualdade. Percebe-se a perda gradativa de direitos e de poder de mobilização frente às condições adversas que lhe são impostas, tendo em vista este modelo de produção capitalista de sociedade que impõe ao ser humano uma condição de objeto (coisificação), ou mais do que isto, um instrumento do qual o capitalismo se apropria para cumprir com seu objetivo final, a acumulação. E é neste contexto que se destaca o trabalho do Assistente Social, pois sendo este um trabalhador que visa garantir os direitos da classe trabalhadora, deve junto com esta e demais profissionais que compartilham do nosso projeto de sociedade, buscar formas e estratégias de enfrentamento das expressões da questão social bem como para a efetivação de direitos. Isto demanda uma perspectiva de articulação em rede, de forma interdisciplinar e intersetorial, envolvendo assim amplos setores da sociedade, como Conselhos de Direitos, Delegacia de Mulheres, ONGs, hospitais, unidades de saúde, escolas, Centros de referência das mulheres, os movimentos de mulheres, entre outros. Estes movimentos de resistência tem caráter de denúncia, mas também de reivindicação, implica a emergência de novos sujeitos sociais e cenários políticos, caracterizados pela transversalidade na luta por demandas de direitos.

Considerações Finais

Este artigo procurou trazer alguns relatos de profissionais e gestores de diferentes municípios do Rio Grande do Sul no enfrentamento da violência contra mulheres através da articulação com diferentes políticas públicas (assistência social, saúde, educação) e organizações da sociedade civil, além de Universidades que possuem compromisso social com a comunidade e oferecem serviços na área social, psicológica e jurídica.

Entre os desafios está a materialização dos pressupostos de trabalho em rede como a horizontalidade e o enfrentamento das relações de poder existentes entre diferentes políticas e setores. Como possibilidades destacam-se a articulação de profissionais de diferentes áreas de saber, no atendimento à complexidade das demandas trazidas por mulheres em situação de violência doméstica. O acolhimento, busca ativa e uma escuta qualificada foram elementos presentes para que o vínculo entre profissional e mulheres fosse estabelecido e a partir desta relação de confiança, possibilidades de novos projetos de vida sem violência possam emergir.

Referências

- Azambuja, Maria Regina Fay de & Ferreira, Maria Helena Mariante (2011). *Violência sexual contra crianças e adolescentes*. Porto Alegre: Artmed.
- Barnes, John (1972). *Social Networks*. Cambridge: Module 26.
- Bourguignon, Jussara Ayres (2001). *Concepção de Rede Intersetorial*. Recuperado em 10 de junho , 2011, de <http://www.uepg.br/nupes/intersetor.htm>. acesso em 14/05/2011

- Brasil (2006). *Lei 11340, de 07 de agosto de 2006*. Acessado em 2010/06/20, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm
- Brasil (2009a). *SUS de A Z*. Acesso em 2010/10/15. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/sus_3edicao_completo.pdf
- Brasil (2009b). *Ministério da Saúde, 2009*. Recuperado em 15 de maio, 2011, de http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/sus_3edicao_completo.pdf
- Brasil (2011). *Ministério da Justiça do Brasil*. Recuperado em 05 de junho, 2011, de <http://portal.mj.gov.br/pronasci/data/Pages/MJ34F31E13ITEMID4D3527BC648B4139BF88C5980C16ECC8PTBRIE.htm>
- Castells, Manuel (1999). *A sociedade em rede – A era da informação: economia, sociedade e cultura* (Vol. 1). São Paulo: Paz e Terra.
- Colonomos, Ariel (1995). *Sociologie des réseaux transnationaux: Communautés, entreprises et individus : lien social et système international*. Paris: Editions L'Harmattan.
- Dabas, Elina (1993). *Rede de redes: Las prácticas de intervención en redes sociales*. Buenos Aires: Paidós.
- Gohn, Maria da Glória (2005/2008). *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. (2. Ed). São Paulo: Cortez.
- Kern, Francisco Arseli (2003/2012). *As Mediações em Redes como Estratégia Metodológica do Serviço Social*. (3ªed). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Martinho, Cássio (2003). *Uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização*. WWF. *Brasil, Usaid, REBEA, REPEA*. Recuperado em 13 de abril, 2011, de http://www.wwf.org.br/publicacoes/download/livro_ea_redes/index.htm
- Martins, José de Souza (2002/2003). *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. (2. Ed.). Petrópolis: Vozes.
- Sattler, Marli Kath (2011). O abusador: o que sabemos. In Maria Regina Fay de Azambuja & Maria Helena Mariante Ferreira (Orgs.), *Violência sexual contra crianças e adolescentes* (pp. 234-247). Porto Alegre: Artmed.
- Scherer-Warren, Ilse. (1994). Organizações não-governamentais na América Latina: seu papel na construção da sociedade civil. In Fabio Oliveira (Orgs.), *Sociedade Civil: organizações e movimentos* (pp. 6-14). São Paulo: SEADE.



Este texto está protegido por una licencia [Creative Commons](#).

Usted es libre de copiar, distribuir y comunicar públicamente la obra bajo las siguientes condiciones:

Reconocimiento: Debe reconocer y citar al autor original.

No comercial. No puede utilizar esta obra para fines comerciales.

Sin obras derivadas. No se puede alterar, transformar, o generar una obra derivada a partir de esta obra.

[Resumen de licencia](#) - [Texto completo de la licencia](#)